

ESPAÇO, FRONTEIRAS E TRANSIÇÕES. O ACERVO DA GEOGRAFIA E A QUESTÃO ACTUAL DO PROJECTO DE REGIONALIZAÇÃO

Paula Bordalo Lema

Do sentido do espaço, como totalidade, continuidade, e, ao mesmo tempo, de especificação e diversificação, à noção de fronteiras e transições.

É antiga a noção de espaço, no sentido da totalidade e continuidade de realidades discretas, o que pressupõe um aumento gradual da diferença. Assim, torna-se relevante a especificação que confere diversificação, evidenciando-se a hierarquia. Há, portanto, um sistema de localização e de posição relativa de elementos materializados e visíveis, desta forma individualizados com entidade própria. Considerar os elementos e o todo é uma metodologia e uma prática importante da Geografia ao atender a diferentes escalas, a da Geografia geral ou sistemática e da Geografia regional, local ou dos lugares. É uma relação constante e imprescindível de cima para baixo ou vice-versa, do geral para o particular ou ao invés, reconhecendo o grau de homogeneidade, e a especificidade que não anula a continuidade e a totalidade ressaltando a hierarquia. As fronteiras e limites constituem-se discretos no espaço pluridimensional organizado segundo princípios em que a homogeneidade, a especificidade e a continuidade são compatíveis.

“Kant define *três* grandes princípios... o da *homogeneidade*, o da *variedade*, o da *afinidade*”... .”Estes três princípios são também formula-

dos por Kant como designando a *homogeneidade*, a *especificação* e a *continuidade* da natureza”. Sobre a “*figura da totalidade*”... “Para compreender o nascimento de uma nova forma possível para o todo sistemático, é importante tomar em consideração este vai-e-vem que constantemente se processa entre o heterogéneo e o homogéneo, este descer ao particular, ou ao nível de maior particularidade possível, e esta ascensão a níveis mais integrantes e gerais “o que pressupõe” a existência de realidades discretas” e “uma *hierarquia* de determinação”...

Sobre a “continuidade...” esta só poderá ser pensada a partir do discreto e da hierarquia: continuidade é aqui uma “passagem contínua de uma espécie a outra pelo crescimento gradual da diferença”... “*Deve ser o próprio discretum a indicar as fronteiras em que a continuidade se deve deter*”... “*a especificação cada vez mais rica vai gradualmente conferindo homogeneidade ao todo e também uma diversificação e hierarquização cada vez mais apurada*”. “Torna-se, pois, fácil ver como esta *irupção do discreto* que é existente, particular, específico, produz efeitos sensíveis na ideia de totalidade e na imagem que lhe estava associada”... “*quantidades discretas organizando-se hierarquicamente são algo incompatível com a imagem da linha, a imagem-esquema do tempo*”. “Por outro lado, a sua unidimensionalidade diferencia-se fundamentalmente da pluridimensionalidade do todo sistemático organizado pelos princípios da homogeneidade, da especificação e da continuidade.” (António Marques, 1987, *Organismo e Sistema em Kant. Ensaio sobre o sistema Kantiano*, pp. 88, 89, 90).

I. O conhecimento do Espaço e Regiões como objectivo no alvor da Modernidade

É uma questão importante de insistente interesse na História de Portugal (José Mattoso (dir.), 1993, *História de Portugal*, Ed. Estampa, vol. IV, coord. A. M. Hespanha) e em análises específicas de âmbito regional (José Luís Cardoso, 1996, “*Viagens Filosóficas e Mapas Económicos: a Redescoberta do Espaço Social nos Finais do Século XVIII*”, in *Portugal e as Regiões: Perspectivas Históricas*) em que são relevadas contribuições valiosas para melhor compreender o problema suscitado pelo projecto actual de Regionalização e que, por isso, não poderíamos deixar de, resumidamente, salientar.

1. O espaço como suporte – o espaço natural ou do potencial de recursos e o espaço social ou da acção humana e política.

No século XVIII, com o desenvolvimento das teorias mercantilistas e fisiocratas, o espaço era uma variável exógena, articulado, no primeiro caso, com o processo de circulação e de trocas económicas da expansão mercantil e, no segundo caso, visionado de forma autónoma em relação à localização de homens e de actividades, nomeadamente da agricultura como função permanente e contribuindo para a valorização mercantil; em ambos estava subjacente o propósito de relações de interdependência e complementaridade e a noção de que os processos de criação e de circulação da riqueza contribuíram para a harmonia e felicidade dos povos. Assim, não se definindo explicitamente a identidade do espaço social, havia uma consciência da territorialidade das relações mercantis.

A importância do espaço em descrições corográficas do século XVIII, não só em Portugal como na literatura europeia de setecentos, deveu-se, não tanto ao impacto de obras teóricas de fisiocratas como François Quesnay ou de mercantilistas como Adam Smith, mas à influência e adesão às ideias do Iluminismo do Século das Luzes suscitando a necessidade de informação, observação e fundamentação empírica do conhecimento, através de procedimentos de inventário e descrição ao percorrer e captar o território nacional e social, tendo em vista proporcionar elementos favoráveis à organização do território e a processos de reforma e consolidação das suas estruturas. Assim, no século XVIII, são elaboradas descrições do espaço e do território nacional, dedicadas ou feitas por vontade à autoridade régia do País.

A descrição e conhecimento do País separava o espaço natural do espaço social, o que é claramente visível nos textos e documentos elaborados nas duas últimas décadas do século XVIII, nos quais se faz explícita referência à necessidade de se efectuarem viagens filosóficas e políticas com o objectivo de conhecer o estado do reino, ressaltando como o programa de viagens mais sistematizado o da autoria de José António de Sá (1783), de que destacamos a seguir as ideias fundamentais. Declarando logo de início que “todo o país, que pretende reformar-se, deve ser viajado”, distingue as viagens em duas categorias: a viagem filosófica que corresponde à perspectiva do naturalista, interessado na descrição física do território percorrido, e a viagem política que corresponde à perspectiva do observador interessado em aspectos de carácter económico, social e institucional. Ao considerarmos esta separação, não podemos deixar de notar

que a segunda perspectiva era marcante nas obras teóricas de fisiocratas e mercantilistas do século XVIII em que a primeira perspectiva não era explicitamente focada. Esta primeira perspectiva, salientada na obra de José António de Sá como perspectiva do naturalista, atende à situação geográfica e às condições do clima, de solos e de fertilidade, assim como à orografia e navegabilidade e utilização dos rios, às espécies animais, vegetais e minerais – com a finalidade de ponderar os recursos e a sua possibilidade de utilização produtiva, o que corresponde a uma avaliação da afectação dos recursos disponíveis. A segunda categoria de viagens ou a segunda perspectiva – política – deveria registar os elementos de observação relativos às actividades económicas nos diferentes sectores da agricultura, manufacturas e comércio, assim como fazer o levantamento dos efectivos e movimentos da população, a identificação de grupos sociais, hábitos, tradições, rituais e práticas de representação e ainda o registo das principais posturas, legislação, foros e tributos, como também a caracterização da estrutura administrativa e das instituições responsáveis pelo ensino, religião, justiça, defesa.

José António de Sá (1783) claramente indica o objectivo último deste conjunto sistemático de observações: “com esses conhecimentos, terá o reino poder de fazer felizes os cidadãos e assegurar-lhes os meios necessários, úteis e agradáveis à vida humana; conhecerá as fontes de riqueza; quanto pode e quanto mais poderá reformando-se. Saberá melhor aplicar as suas leis para a agricultura, artes e comércio; e enfim experimentará quanto é útil conhecer-se a si mesmo para ser feliz”. Considerava, pois, o conhecimento como um meio para atingir a felicidade e com este objectivo os critérios de natureza económica eram avaliados pelas suas repercussões na satisfação de necessidades humanas básicas, úteis e agradáveis.

Nesta acepção, o viajante filosófico e político interpenetram-se, “fundindo-se os dois mundos que se completam na mente humana”; e admite-se “a transposição indutiva da observação e da experiência para o conhecimento que não se pretende contemplativo nem expectante, mas sim activo e transformador”. Se nos lembrarmos das teorias de economia política do século XVIII, não podemos deixar de reconhecer na obra de José António de Sá um alcance mais amplo e uma dinâmica mais elevada, fortemente inspirada no Iluminismo, ultrapassando ideias antigas e reafirmando as perspectivas modernas.

2. A importância das descrições ou corografias regionais.

Nas descrições do espaço em que não se considerava necessário separar natureza e sociedade, o recurso ao sistema de Lineu era sinal de modernidade dos sistemas classificativos, e também de uma concepção económica da existência e reprodução do mundo natural, que acreditava no estabelecimento de um equilíbrio duradouro na ordem natural das coisas e em princípios de eficiência que recusavam o desperdício de recursos.

Considerava-se indispensável o manuseamento adequado de instrumentos de aprendizagem, a disponibilidade para observar, estudar, documentar e registar de forma sistemática os objectos pertinentes. A procura e recolha de informação estava, portanto, enquadrada por regras e orientações de carácter genérico para garantir a uniformização e a comparação das descrições das diferentes regiões mas, por outro lado, havia a preocupação de anotar as diferenças e particularidades do território natural e social de modo a especificar, individuar o objecto.

Identidade e diferenciação local e regional eram aspirações de inúmeras descrições importantes do território, que ganham impulso com a criação da Real Academia das Ciências de Lisboa em 1779, que apoiou inúmeras viagens e descrições de observações que viriam a ser publicadas nas Séries de Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Logo no início do seu funcionamento, em 1780, a Academia abriu um concurso destinado à “descrição física e económica de alguma comarca ou território do reino ou domínios ultramarinos, com observações úteis à agricultura e indústria nacional”. O concurso da Academia manteve-se por tempo indeterminado, propondo-se em 1792 a componente física (natural ou filosófica) e a componente económica (política ou social) e adoptando-se para esta última o plano utilizado por Tomás António de Vila-Nova Portugal (1791).

Passa então a ganhar relevância a descrição das actividades de produção e circulação desenvolvidas na província, região, comarca ou local em estudo. Confere-se também atenção muito especial aos problemas de ordem institucional associados às principais actividades económicas (agricultura, manufacturas, comércio), designadamente os regulamentos, posturas e usos vigentes, bem como os obstáculos criados por instâncias judiciais e fiscais e por outros organismos do Estado.

Os concursos promovidos pela Academia das Ciências tiveram largas repercussões e resultados, justificando muitas e valiosas contribuições de descrição regional que a própria Academia viria posteriormente a publicar nas Séries de Memórias Económicas (1789 – 1815) que reúnem descrições

de viagens e estudos regionais – das regiões do Minho, Alto Douro, Trás-os-Montes e Alentejo – e outros estudos locais, tanto a Norte do Douro – Ponte da Barca, bacia do Tâmega e Torre do Moncorvo – como no Centro Litoral – Coimbra, Leiria, Marinha Grande, Caldas da Rainha, Tomar e Torres Novas – e no Centro Interior – Seia e Castelo Branco – assim como a Sul do Tejo – Azeitão, Setúbal e Montemor-o-Novo.

Além destes estudos regionais e locais que correspondiam a uma grande abertura ao conhecimento do território português por acção da Academia das Ciências, outra iniciativa importante de carácter institucional foi lançada com efeitos significativos no conhecimento de algumas regiões do território nacional: teve, de facto, um elevado efeito prático a legislação que criou novas orientações para o sistema de jurisdição e de administração das províncias do reino, pelas Leis de 1790, 1792 e 1793, tendo em vista a limitação de atribuições e direitos de ouvidoria e correição detidos pelos donatários da Coroa e senhorios particulares; a nomeação de novos juízes encarregados da demarcação das seis províncias do reino – Minho, Trás-os-Montes, Estremadura, Beira, Alentejo e Algarve – viria a proporcionar a redacção de importantes memórias descritivas das três primeiras províncias, respectivamente preparadas por Custódio José Gomes de Vilas-Boas (1794-1795); Columbano Pinto Ribeiro de Castro (1796) e José de Abreu Bacelar Chichorro (1795). É de referir ainda a elaboração da descrição da província do Alentejo por Gervásio de Almeida Pais (1788) por solicitação da Junta do Comércio.

Estas contribuições valiosas levam-nos a concluir que nas duas últimas décadas do século XVIII se consolidaram condições e meios institucionais que favoreceram um conhecimento do espaço nacional, da sua diversidade e grau de utilização que irá suscitar uma tomada de consciência e uma atitude reflexiva e crítica sobre as diferenciações do território. O conhecimento do espaço não era de carácter analítico e rígido; estava imbuído de objectivos utilitaristas de reordenação territorial ligados a projectos de reformas da administração e da economia, assim como do âmbito social e político.

3. A evidência da situação crítica de contrastes e assimetrias, das relações cidade-campo, da articulação pólo-periferias, da relação entre o poder regional e o poder local.

Nas últimas décadas do século XVIII afirmaram-se representações espaciais e consolidaram-se meios institucionais que favoreceram uma

nova consciência do espaço não só quanto ao seu uso e utilização como à sua diversidade.

As viagens e inquéritos regionais, realizados com grande ímpeto, tinham como objectivo o conhecimento dos problemas socio-económicos vividos no espaço, tendo em vista projectos de reformas económicas e sociais.

É realçado o carácter estrutural da agricultura do reino em estado de atraso ou decadência, ao mesmo tempo que se salientava a precariedade ou estagnação de outros sectores de actividade económica como as manufacturas e o comércio que eram privilegiados pelo poder central. Expressa-se uma forte preocupação pelo desenvolvimento axiado no agrarismo, enquanto o modelo de desenvolvimento vigente e mais considerado pelo poder régio sobrelevava os outros sectores da actividade económica. Neste sentido, revela-se uma clara consciência e um alerta para o problema do desequilíbrio nas relações cidade-campo.

As causas e factores não são atribuídos ao espaço natural e às potencialidades dos recursos mas as condições sociais de atraso da população agrícola, não só em termos de técnicas e de instrumentos agrícolas, como em termos de perdas de produtividade, falta de acréscimo de rendibilidade e poder produtivo do trabalho rural, com consequente êxodo da população para as cidades com atracção elevada pelas actividades mecânicas e serviços. A apologia do agrarismo ressalta em várias obras, com destaque para a memória de José Joaquim Soares de Barros (1789) em que é ponderada a relação entre o crescimento demográfico e obtenção de meios de subsistência com base no solo, atribuindo uma atenção especial ao problema do desenvolvimento centrado no sector agrícola e acusando a macrocefalia das principais cidades do litoral como “terras de comércio”.

As desigualdades e desequilíbrios no espaço eram salientadas; atendia-se a uma reposição da harmonia na articulação entre regiões urbanas e rurais que, para ser alcançada de forma duradoura, pressupunha reformas e acções convenientes ao estímulo do mercado interno, pela remoção de obstáculos à livre circulação de produtos no território nacional. Assim, além da modernização das vias de comunicação e dos sistemas de transporte, preconizava-se a eliminação de posturas e regulamentações à escala municipal e a racionalização dos sistemas de tributação, permitindo uma extensão do mercado e, ao mesmo tempo, uma estruturação das actividades económicas à escala local, regional e nacional. De facto, as fronteiras à circulação interna eram devidas não só às deficientes vias de transporte como a barreiras fiscais que obrigavam a que, depois de pagos

os primeiros direitos à circulação à saída das terras, os produtos eram sucessivamente submetidos a outros tantos direitos nos portos, barras, Cidades e Vilas, por onde transitavam.

A ideia de uma reforma global, sobre a reestruturação territorial, incidindo mesmo nas circunscrições político-administrativas, estava na consciência de muitos autores.

O Poder Real atendia também à necessidade de uma reforma segundo métodos específicos, de modo que encarregou os magistrados de, com base num estudo detalhado da província, proporem uma nova divisão administrativa. O mais completo projecto global da reforma das comarcas deveu-se a José António de Sá. Depois do primeiro guia de viagens, filosóficas e políticas (1783) atrás referido, José António de Sá ocupou-se do recenseamento sistemático de informações relativamente à organização das actividades no espaço nacional e publicou novas instruções para a formação do cadastro ou mapa aritmético-político do Reino (1801), além de inúmeras memórias descritivas sobre a Província de Trás-os-Montes incluídas nas Séries de *Memórias Económicas* (1789-1815) e *Memórias Inéditas* (1780-1808) da Academia das Ciências de Lisboa. Nas *Instruções* (1801) sustenta uma concepção mais institucionalizada e centralizadora da recolha de informação, atenuando a “perspectiva do viajante filosófico” da sua primeira obra.

De facto, o seu objectivo consiste em “prover as necessidades públicas e o melhoramento e bem dos povos”, de modo a que “servirá ao Príncipe Nosso Senhor para ver num golpe de vista o estado actual do reino, e aquele de melhoramento, de que é susceptível em benefício dos seus fieis vassalos”. Assim, para além da necessidade de observações sobre a estrutura e movimentos da população, sobre o estado e formas de utilização da terra, sobre as produções naturais e sua circulação pelo comércio, recomenda cuidado no registo da informação sobre a administração fiscal e de justiça, atenção a elementos referentes ao inventário e estado de conservação de edifícios públicos (castelos, fortes, portos, pontes, estradas, etc.). Além do cadastro institucional, considera o registo dos estabelecimentos eclesiásticos, literários (escolas, colégios, academias, jardins botânicos, gabinetes científicos, etc.) e de bem comum (desde os estabelecimentos de polícia às casas de órfãos).

A minúcia do levantamento estatístico de carácter institucional revela que havia intenções de centralização e uniformização dos conhecimentos para fundamentar reformas. O Poder Político considerava imprescindível esta informação global do espaço, empírica mas precisa, de todo o

reino, atendendo à unidade e coesão do Estado, mas também com interesse pelas particularidades, multiformas e especificidades.

O empenho nas reformas de reorganização territorial testemunha o estado de ambiguidade e escassa eficácia da administração central do território ou, melhor dizendo, da “centralização” na sociedade e no espaço de Portugal do Antigo Regime.

À estrutura jurídica oficial contrapunha-se a organização jurídica de carácter oral, tradicional e comunitário. Repartiam-se, portanto, no plano da administração do território, um sistema local comunitário, um sistema concelhio de carácter mais oficial, e o sistema de administração da coroa com uma rede de oficiais periféricos da administração real: os primeiros perduravam por tradição de longa data, enquanto os segundos incluíam os grandes concelhos que no Sul do País tinham um carácter de unidades políticas artificiais criadas a partir do poder central, não tendo surgido do empenho dos habitantes na gestão autonómica participada do espaço vivido em torno de pequenas vilas.

A divisão provincial teve uma configuração que desde o século XVI apresentou sucessivas alterações. No final do Antigo Regime não se caracterizava por atribuições e competências específicas, a não ser no quadro militar. A Província subsistiu como referência tradicional sem significado no sistema de poder de organização do território.

A diversidade e especificidade a nível local eram marcantes, sendo a organização da autarquia diferenciada de acordo com a dimensão ou a forma de economia ou a estrutura social.

As comunidades territoriais geraram sistemas de organização social e política próprios, baseados no poder económico e simbólico dos notáveis locais com estabilidade tradicional e capacidade de enfrentar as relações de poder e de direito oficiais.

As tensões e conflitos traduziam uma oposição fundamental entre culturas políticas e jurídicas. As comunidades locais tinham as suas regras próprias de organização quanto à sociedade e território onde viviam, específicas e, portanto, não assimiláveis nem concertadas com os quadros estruturais jurídicos e administrativos oficiais gerais, de tal modo que essa especificidade gera ora desacordos e conflitos ora iniciativas locais, originais na vida social, na actividade económica, na organização do espaço e do território, na valorização do património natural ou construído.

Desde a Idade Média, o poder local teve uma vitalidade e persistência que nunca se verificou à escala regional. A herança secular perdurou o que provoca uma interrogação acerca da pertinência da divisão regional

ou regionalização actualmente proposta, desenhada como divisão do espaço, da sociedade e do território nos dias de hoje.

II. Regiões Geográficas – conceitos e critérios de unidade e identidade, fronteiras ou limites, transições, continuidades e descontinuidades

1. A noção de Espaço como consciência e experiência vivida na Geografia moderna a partir do século XIX

Quando em finais do século XIX se evidencia a crise das concepções positivistas e o desenvolvimento das correntes neo-Kantianas, espiritualistas e contingentistas, afirma-se a separação entre as ciências da natureza, por um lado, e as da história humana, por outro lado; em oposição ao materialismo, aceita-se a apreensão da realidade, através da consciência e intuição, e a noção de espaço, como conceito e experiência. Assim, a Geografia é reforçada como ciência singular, integrada no pensamento Kantiano que tinha frisado a individualização “das coisas de acordo com a sua localização sobre a Terra” e “o papel da descrição geográfica da natureza mostrando onde aparecem na Terra” (Kant: *Physische Geographie*, Ed. F.T. Rink, 1822).

1.1. Espaço, Território e Estado

A relação Espaço – Tempo – Acção esteve sempre integrada, quer nas tendências Positivistas Evolucionistas evidenciadas na Geografia por Friedrich Ratzel (1844 – 1904) de que foi o mentor mais destacado e também o mais contestado, quer nas tendências Historicistas que se lhe seguiram.

Para Ratzel a noção de espaço e território são fundamentais pois um povo não pode dissociar-se do espaço, ou melhor, do território: “um povo é um grupo humano que, pela continuidade do território em que se estabeleceu e da história, chegou a um grau de semelhança que o distingue de outro grupo”, de tal forma que todas as migrações não podem compreender-se sem atender à sua origem geográfica. Todo o povo dará assim lugar a um Estado porque “não conhecemos nenhum povo sem organização política ou Estado”. O Estado eleva-se acima de todas as classes sociais que devem formar uma frente comum para o defender de inimigos externos mas “surgido na sua origem da necessidade de defesa, o Estado acaba depois por concentrar e ordenar sob a sua alçada todas as diferenças sociais

e étnicas, com o fim de conservação do organismo político”, segundo F. Ratzel no desenvolvimento que atribuiu à Geografia Política, 1903. É evidente que nestas asserções o Espaço e a Geografia – o Tempo e a História – a Acção estão interligados na noção de Espaço e Território que é necessariamente ocupado, organizado, e mesmo delimitado pelo poder.

1.2. Acção e Modos de Vida no cerne da Região

Vidal de La Blache (1845–1918) defendeu uma posição alternativa proclamando ao mesmo tempo o princípio “da contingência em tudo o que se refere ao homem” e a noção de liberdade humana em relação ao meio, que são a base do “Possibilismo” (V. de La Blache, 1903), segundo o qual o homem utiliza as possibilidades que a natureza oferece de acordo com as suas necessidades e aspirações por decisão consciente.

“O homem, cada vez mais emancipado da influência directa do meio natural, criou **modos de vida**. Tirando partido dos recursos proporcionados pelo meio, soube, com a sua actividade e engenho, transformá-los numa grande multiplicidade de serviços... A noção de acumulação no local onde o homem organizou o seu **modo de vida** foi a Geografia que a criou” (Orlando Ribeiro, *En realisant Vidal de La Blache*, 1968, sublinhados nossos).

2. Transformação do Espaço, Unicidade e Especificidade da Geografia Regional, segundo Orlando Ribeiro.

2.1. Modos de Vida e Organização do Espaço

Orlando Ribeiro, recusando a separação entre a Natureza e o Homem, entre Ambiente e Sociedade, afirmando as relações recíprocas no Espaço e Território, notoriamente às escalas regional e local, relembra a obra de Vidal de La Blache, *Quadro da Geografia da França* (1903) inserto numa grande *História da França*.

Reafirma a especificidade geográfica “que não resulta das simples relações com a geologia e o clima”. A ideia de **território** tem uma base natural, quanto às condições que a Natureza dispôs mas de cuja utilização “depende do Homem”. É ele que “adaptando-a ao seu uso, traz à luz a sua individualidade. Estabelece **conexão** entre traços esparsos; aos efeitos incoerentes de circunstâncias locais, substitui um concurso **sistemático de relações**”. Afirma-se a importância do território que tem uma base natural

onde se desenvolveu a acção do homem que foi factor de **especificidade, conexão, coesão e sistema**. “É então que um **território** se precisa e diferencia e que, com o tempo se identifica com um povo”, afirma Orlando Ribeiro (1987, *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*, pp. 22, 23), citando V. de la Blache (1903) para quem “a história de um povo é inseparável do território que habita”: é a primeira frase do livro *Quadro da Geografia da França* inserto na grande *História da França*.

Orlando Ribeiro realça os **modos de vida** organizados no local e com difusão à escala regional; expressam diferenciação e diversidade na ocupação do espaço com reflexo na paisagem, exprimem especificidade e unicidade, contexto e, portanto, localização e quantificação. Entre a montanha e o vale, ou entre as alturas pobres do Interior e os estuários abrigados do Litoral, há **contrastes de modo de vida** e “**conflitos** que nascem do choque de **modos de vida** diversos ou oposição brusca de **regiões**”. “Uma agricultura variada, de granjeio extensivo de cereais, de baixo rendimento, combinado com a criação de gado miúdo e manadio nos pousios e restolhos, opõe-se à exploração intensiva e rica das terras irrigadas. Há nestes **contrastes**, que constituem a própria essência da **região**, todas as possibilidades de conflitos graves” (Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1963, pp. 29, 38 sublinhados nossos).

Ainda no século XVIII, segundo Orlando Ribeiro, a transumância entre as terras altas e pobres – domínio do pastoreio do gado miúdo – e as terras baixas – ocupadas pela agricultura – era periodicamente realizada e pendularmente com a descida no Inverno do gado das **Montanhas** para os **Vales**, para aproveitar os pastos e restolhos das terras agrícolas; este movimento e prática habitual era regularmente estabelecido no **espaço** e no âmbito da **região** entre a **Montanha** e o **Vale**, não deixando de provocar **conflitos** que eram frequentemente atenuados pela interferência, regulação ou mesmo protecção exercida pelo **poder** real em benefício da actividade do pastoreio que proporcionava um importante produto comercial, relevante nas vastas **regiões** do **Interior**, distante do **Litoral Atlântico**, com clima seco de características próprias do **Mediterrâneo** – a lã que era transaccionada em grandes feiras especializadas com importância que excediam o **território** regional, nacional ou mesmo peninsular e por isso usufruindo de regulação régia que garantia a **circulação**, o **comércio** e as condições de segurança desta actividade. Evidenciam-se assim relacionadas e articuladas as noções de: Espaço, Território, Circulação; Acção e Região; Geografia, Localização, Contexto, Especificidade e Unicidade; Contrastes e Conflitos.

2.2. Paisagem, Território, Região

Orlando Ribeiro, insistindo no “carácter relacional”, define a Geografia como uma “*ciência de observação*”, ou seja, em que a sua iniciação tem por base o contacto imediato com o “*real*”. Nesta realidade acessível aos meios de observação evidenciam-se “*paisagens, territórios, regiões geográficas*”. “Alguns onde a acção do homem revela menor impacto, outros onde a natureza esmagadora dissimula a presença dele, mas muitos onde se mostram interligados traços naturais e humanos. Sobre os últimos, que se encontram em todos os países civilizados, têm incidido principalmente as investigações: eles são, portanto os mais conhecidos. “(Orlando Ribeiro, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, 1987, p. 35).

“Para a Geografia manter o conteúdo e a unidade dos métodos, sem os quais uma ciência se desagrega, é importante circunscrevê-la ao estudo das **formas visíveis** da superfície terrestre... ainda que, no seguimento do estudo, se haja de **transpor o domínio do “visível”**”. O âmbito do estudo da Geografia sugeriu um nome novo, *Landschaftskunde*, “ciência da paisagem e das regiões” mais concreto e limitado do que *Erdkunde* “ciência da Terra” ou *Länderkunde* “ciência das terras” ou países.” (Orlando Ribeiro, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, 1987, p. 35, sublinhados nossos). É notória a importância que se atribuiu à **paisagem** e à **região**.

Em sucessivos Congressos Internacionais, desde o início do século XX e no pós-guerra, se atendeu a aspectos fundamentais do âmbito da ciência geográfica, como “paisagem geográfica”, “geografia regional”, “definição e hierarquia das divisões geográficas”. “A Geografia Regional, a despeito destes esforços, é aquela que mais carece de um trabalho metodológico que clarifique os seus processos e problemas”. “Seja qual for a cisão, que se desenha entre os geógrafos, em toda a terra habitada o trabalho dos homens acrescenta aos aspectos da natureza uma expressão original”. “Por outro lado, o estudo dos grupos humanos não pode desligar-se da terra em que viveram”. Assim, “a *paisagem* é uma entidade *real*”, apreendida imediatamente, “que se descreve para tentar interpretar no conjunto dos elementos que combina”. “Ao desarticular este conjunto, a **análise** de elementos separadamente é o objectivo da **Geografia Física** e da **Geografia Humana**; a acumulação das observações mostra a importância das **relações locais**, de uma variedade ainda mal **sistematizada**, dos **tipos** de extensão mais ou menos limitada... ressaltando o largo papel dos **estudos regionais**” (Orlando Ribeiro, *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*, 1987, p. 36, sublinhados nossos). “O seu fim deve ser demarcar as

regiões geográficas, analisando os elementos naturais e humanos que nelas se **articulam** e realçando, na respectiva **síntese**, os que lhe dão **especificidade**” (Orlando Ribeiro, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, 1987, p. 37, sublinhados nossos).

Orlando Ribeiro “insiste no fio condutor que guiará o trabalho: uma região não é, na maior parte dos casos, apenas um produto natural, mas o resultado de uma combinação, num quadro físico, de obras e **acções humanas**” (Orlando Ribeiro, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, 1987, p. 37). Refere-se a uma civilização que soube aproveitar uma condição natural, como as margens fertilizadas pelas cheias de um rio ou as vantagens de um curso de água navegável que lhe assegura a unidade, aí se desenvolvendo, superando constrangimentos e acumulando actividades que lhe permitiram perdurar. Neste complexo de ilações expressas por Orlando Ribeiro, se atende à relação entre **Paisagens, Territórios e Regiões**.

2.3. Análise e Síntese em Geografia Regional

Orlando Ribeiro salienta o interesse que desde cedo se verificou pelas descrições regionais, que tomou “tão grande desenvolvimento nas Universidades”... “onde se reuniam muitos especialistas de lugares distantes a que sem dúvida se deve a maior contribuição para o conhecimento geral do globo. Em viagens longas, por itinerários pouco conhecidos, a curiosidade do observador era solicitada por tudo o que via e o estudo geográfico fazia-se em conjunto”. Entretanto, deram-se grandes “progressos dos **estudos regionais**” o que pode ser “avaliado nas grandes colecções contemporâneas e a importância que se lhes concede na Geografia Universal”.

Orlando Ribeiro frisa “a diferente maneira de tratar os temas da **Geografia Regional** em França e na Alemanha”, decorrente, aliás, das duas diferentes alternativas que a Geografia adoptou nos finais do século XIX e princípio do século XX naqueles dois países, já salientadas.

“Na Alemanha, todos os problemas geográficos são estudados dentro de um quadro espacial, que é muitas vezes definido por um limite político. Em França, procura definir-se a região como um espaço dotado de **especificidade**, que lhe provém de um longo ajustamento das gerações ao ambiente que elas, em grande parte, modelaram. Assim concebida, uma **região** não é qualquer espaço terrestre. Uma vez será a natureza que as define; na maioria delas é, porém, o **homem que lhe dá expressão**.”

A **região** é também um produto da história ou da técnica: em larga medida uma **criação humana** que só aparece, portanto, nos níveis superiores de **civilização**.” (Orlando Ribeiro, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, 1987, p. 24, sublinhados nossos).

2.4. Região Geográfica e Posição da Cidade

No **espaço construído** em que a acção do homem não reflecte uma **utilização** “que se amolda ou harmoniza com a **natureza**, traduzindo um esforço em certos aspectos, ainda que localizado, de impacto gigantesco”, a noção, configuração e limites das **regiões geográficas são mais discutíveis**.

Relembra Orlando Ribeiro que “tanto as cidades como as concentrações industriais não devem geralmente ser tidas em conta, na demarcação de regiões” (Orlando Ribeiro, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, 1987, p. 66).

“As faixas de transição, as orlas de contacto ou de *passagem* são os lugares mais propícios à localização das grandes urbes” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 66). Estes factores de localização reforçaram-se na organização do território atendendo à importância crescente da lógica funcionalista. Assim, as cidades em crescimento coincidem com “portos de mar, lugares nas margens dos rios, à saída de vales”, de modo que “a posição das cidades é, em relação às regiões geográficas, mais vezes excêntrica do que central”. “Em torno das aglomerações, ao longo dos caminhos que elas balizam ou coordenam, se tecem as malhas da rede de interesses económicos e funções administrativas que, consolidando-se pelo longo exercício, acabam por constituir a vida de relação dos **territórios**. A influência das cidades tem aqui papel preponderante, que qualquer estudo de Geografia Regional não pode desconhecer. Mas, não poucas vezes tanto pela posição como pela natureza das suas funções, as relações da cidade, as suas áreas de acção, de abastecimento, ou de atracção económica e demográfica, ultrapassam a região onde têm assento: são *inter-regionais*” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 66, sublinhados nossos).

“Por outro lado, a acção administrativa precisa, para se exercer, de uma cabeça, de uma *capital*, e por isso se confundem muitas vezes divisões tradicionais com **territórios** de cidades ou vilas importantes, demarcados pelos limites da acção urbana, dos seus mercados e feiras, das suas autoridades ou do seu prestígio” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 65, 66, sublinhados nossos).

“Região de Madrid, por exemplo, abrange um espaço que apenas tem de comum o estar **perto** desta grande cidade, e de certo modo, na **dependência** dela; entre a Serra de Guadarrama, o seu sopé granítico, e a planura de enchimento terciário, há mais diferenças do que semelhanças. A região de Madrid abarca o contraste de três paisagens muito diversas. A estas divisões, tantas vezes sem contornos definidos, demarcadas apenas por se querer referir a **posição** delas a um lugar bem conhecido, melhor conviria o nome de **territórios**” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 43, sublinhados nossos). E nota mais uma vez, Orlando Ribeiro, a importância de noções e conceitos fundamentais em Geografia, como **paisagem, território, região**. “É impossível deixar de empregar uma palavra tão cómoda e hoje tão corrente como *região*. Mas convém não confundir a acepção de “território”, na linguagem usual, com o conceito de “região geográfica” que importa estabelecer com precisão” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 43).

“Excepto a constelação de cidades do Nordeste dos Estados Unidos, não parece que se possa falar com propriedade de *regiões urbanas* conferindo-lhes o valor de regiões geográficas. Uma cidade, mesmo enorme e tentacular, ocupa área limitada (sendo a concentração um dos caracteres mais nítidos) ... Por outro lado, o seu forte poder de atracção estende-se a regiões inteiras; não é raro, porém, que as ultrapasse. E ter **em demasiada conta a influência das cidades para delimitar as regiões** levaria, quase sempre, a contra-sensos geográficos, agrupando estilos de paisagem sem qualquer afinidade” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 55, sublinhados nossos).

2.5. Região Geográfica e Desenvolvimento Industrial

“Tanto ou mais do que as cidades, as grandes instalações da indústria moderna alteram a fisionomia de territórios extensos” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 55).

“As grandes concentrações da indústria pesada se reflectem por super-estruturas complicadas – formas de paisagem tão vigorosas que bastam para caracterizar regiões”. Salvo estes casos de grandes concentrações, a indústria como sector “da vida económica moderna determina combinações e relações que **ultrapassam**, sem todavia as destruir, **as unidades regionais**... num estudo de Geografia Regional, será raro que a **natureza** não transpareça assim como as formas de **actividades diversificadas**

ou ajustadas ao ambiente, como as da vida rural. É próprio dos **factos económicos** de importância significativa resultarem da combinação de **condições locais** mas ligarem-se fortemente a **correntes gerais de circulação.**” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução estudo da Geografia Regional*, p. 57, sublinhados nossos).

2.6. Regiões históricas

Políticas e Administrativas

“Regiões históricas – sob o nome de *regiões históricas* podem agrupar-se as unidades políticas e administrativas e as áreas de nacionalidades sem existência política, estas definidas quase sempre pela linguagem, veículo de complexas manifestações e da vontade, que dão a um povo a consciência de si próprio.

Nesta categoria entram, em primeiro lugar, os Estados, a cujos contornos se ajustam tradicionalmente grande número de estudos geográficos. Uma fronteira hoje é sempre um obstáculo – mesmo quando separa Estados cujas relações assentam na cordialidade”. Saliente-se “que a cartografia, a estatística, os registos meteorológicos são serviços públicos, dos quais apenas o último obedece geralmente a normas internacionais”. Estando estas informações dependentes directamente da acção do Estado, “o mapa espanhol na escala 1:50 000 fornece preciosos elementos de repartição das culturas, que em vão se buscariam nos mapas portugueses. O mapa português de 1: 25 000, em compensação, é mais rigoroso e minucioso no figurado das formas de povoamento, permitindo levar longe a análise da estrutura das povoações”. Quanto ao estudo do povoamento “não há dois censos comparáveis, porque a população por lugares habitados em Espanha quanto a 1930 já não existe para 1940, ano em que se fez, em Portugal, este apuramento.” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, pp. 58, 59).

Fronteiras e Limites Geográficos

Há outros factores que justificam as fronteiras como limites geográficos. “Séculos de vida em comum reforçam a especificidade de um povo e muitos aspectos da sua vida – a casa, os instrumentos, o traje, as maneiras. A circulação dos produtos e a estrutura económica não podem deixar

de ressentir-se de barreiras alfandegárias” de tal modo que a desfuncionalização destas pela integração dos Estados em espaços supra-nacionais não se reflecte na uniformização dos fluxos e da estrutura.

“Grandes troços das fronteiras entre Estados apoiam-se em obstáculos naturais: montanhas – como entre a Espanha e a França; rios muito encaixados – como entre a Espanha e Portugal. Quando se atravessa a raia destes dois países, não raro se nota, do lado português, um solo mais ocupado pelo homem, onde a gente, a terra e as culturas aparecem mais apertadas. É o resultado de uma pressão demográfica mais forte e menos desigualmente repartida. Não raro, também, os arvoredos cobrem maior extensão, detendo-se alguns bruscamente na raia. Do lado português, o repovoamento florestal, devido aos serviços do Estado, está mais adiantado do que do lado espanhol. Assim, um aspecto de paisagem tão aparentemente natural, como é um bosque, ajusta-se a um facto de Geografia Política” e a uma fronteira (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, pp. 59, 60).

“Outras vezes, a fronteira permaneceu tanto tempo com o mesmo traçado que o geógrafo propende a ver nela o resultado de um ajustamento às condições naturais. É o caso de Portugal, a formação mais antiga e mais estável do mapa político da Europa, independente há oito séculos, fixado há quase sete nas linhas essenciais do seu contorno, que muitas vezes se aponta como exemplo de individualidade geográfica de uma entidade política, embora por uma demonstração mais engenhosa do que evidente.” (p. 60).

“Embora se continue a limitar pelas fronteiras políticas os estudos regionais, é necessário, onde for possível, reagir contra esta tendência. Portugal e Espanha prestam-se especialmente a isso, porque compartilham da mesma grande unidade natural e possuem em comum muitos elementos do seu território” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 61).

Regiões no interior dos Estados

“Pertencem também à categoria de regiões históricas as grandes divisões do interior dos Estados, geralmente destituídas hoje de qualquer função administrativa, embora o sentimento delas se conserve muito vivo tanto no povo como nas pessoas cultas. Oscilantes ou incertas nos contornos, que variaram com o tempo ou nem sequer foram definidos com rigor

linear, são dotadas de um nome de conjunto cujo significado geral a ninguém oferece dúvidas: e os seus habitantes ou naturais designam-se também pela mesma **apelação regional**, que não raro ostentam como marca de solidariedade para com os conterrâneos” e referência de identificação no território (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 62).

“Galiza, Castela, Aragão, Catalunha, Andaluzia. etc., em Espanha, Minho, Trás-os-Montes, Alentejo, Algarve, etc. em Portugal, usam-se correntemente para referir a localização de lugares, de tipos de paisagem, modos de vida, vocações económicas ou até a índole e costumes dos habitantes.” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 62).

“Claro que o geógrafo não pode abstrair destas **divisões tradicionais**, conhecidas de todos, destituídas às vezes de carácter oficial mas por isso mesmo procedentes de qualquer razão que lhe importa averiguar; mas o valor geográfico delas é muito variável, e nem todas poderão servir, ou não poderão servir no sentido em que são geralmente usadas, para designar **regiões geográficas**.

A origem directa destas divisões é histórica. Procedem de unidades administrativas que se mantiveram durante séculos, coordenando a vida de relação, pelos mesmos caminhos, em torno das mesmas cidades. Podem às vezes ajustar-se a **regiões geográficas**. Mas é frequente que assim não aconteça” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 63, sublinhados nossos).

2.7. Relação entre Regiões Históricas e Regiões Geográficas

Orlando Ribeiro desenvolveu muito o estudo das regiões geográficas e das regiões históricas, confrontando os limites de umas e de outras, assim como os factores de identidade e coesão, apontando exemplos do ajustamento entre região geográfica e região histórica e também os factores e as relações da sua discordância em alguns casos.

Coerente com a noção de forte interdependência entre condições proporcionadas pelo meio natural e a acção e utilização pelo homem e pelas comunidades territoriais, considera que “toda a divisão administrativa ou política importante carecia, no passado ainda mais do que hoje, de certa **unidade económica e social** que lhe permitisse **subsistir**” quando as comunicações eram difíceis e restritas”. “Foi este o motivo porque certas

regiões geográficas nunca puderam adquirir individualidade histórica, antes viveram na órbita de **territórios** mais favorecidos” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 65, sublinhados nossos).

2.8. Regiões geográficas de Portugal – limites geográficos, coesão regional e solidariedade territorial

Podem verificar-se duas formas, conforme se destaque **descontinuidade** nítida ou **mudança brusca** em que é possível reconhecer o limite geográfico como uma *linha*, ou, pelo contrário, ocorrer uma variação insensível ou **transição gradual** sendo difícil traçar uma linha fronteira demarcando-se, quando muito, uma *faixa*.

Os limites lineares têm por base uma mudança brusca nas formas de relevo, ou um contorno geológico ou um acidente tectónico como uma escarpa de falha. O contraste climático, embora relacionado com o relevo e com reflexo na vegetação e nos factos humanos, não tem um carácter rígido e imutável traduzindo-se, portanto, numa imprecisão de limites.

Estas considerações permitem admitir que “uma **região** apercebe-se no **conjunto**, e assim, se opõe ou se distingue das outras”; raramente o limite é linear, nas condições já referidas, e “será por **transições graduais** e muitas vezes insensíveis que se passa de umas regiões a outras” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 70).

Nas divisões regionais de Portugal foram consideradas as *fronteiras convencionais* e as *fronteiras naturais*. Estão no primeiro caso os troços da raia seca hispano-portuguesa, artificiais e convencionais, fruto da história e, portanto, em termos estritamente geográficos, arbitrárias; noutros troços a raia-molhada é marcada pelo encaixe de rios internacionais e nestes casos a fronteira tem uma base natural e “posto que hoje seja muito reduzido o valor estratégico de fronteiras deste tipo, elas podem ainda dificultar as relações humanas” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 71).

“**As divisões administrativas**, quando não são puramente arbitrárias assentam nos mesmos princípios” e reflectem “a predilecção pelos limites fluviais” patente nas antigas províncias”. “Se o Douro e o Tejo foram linhas estratégicas que marcaram pausas importantes durante a Reconquista” e por aí “passaram limites antigos... mesmo antes da época romana”, “o valor destes limites em Geografia Regional é discutível.”

(Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 71, sublinhados nossos).

“Representam um obstáculo... mas, uma vez transposto, o obstáculo deixa de valer como limite”. “De facto, o Douro e o Tejo não passam de um gigantesco acidente nas vastas **regiões que se continuam de ambos os lados destes rios**” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 72, sublinhados nossos).

Em conclusão, Orlando Ribeiro salienta o relativismo dos limites geográficos da região e a importância das relações espaciais, frisando “o princípio da *solidariedade* das regiões contíguas, antes *ligadas* entre si do que *separadas* umas das outras” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 73).

Remate: Portugal e as Regiões – da crise de uma metodologia ao ressurgimento de uma polémica sobre o Espaço, Fronteiras e Transições

“As regiões demarcadas não apenas por um elemento de ordem física, mas pelo acordo de vários, a que não raro se junta, o viver dos homens, não convém a expressão *regiões naturais*, tomada da linguagem dos naturalistas, onde tem o sentido de *área*. Regiões estruturais, regiões climáticas, regiões florísticas (isto é, áreas) importam à Geografia porque exprimem o repartimento de certa ordem de factos. Mas os quadros de estudo que a esta ciência compete definir são os **conjuntos**, de elementos naturais e humanos. A estes quadros assim definidos, mesmo quando assentes numa forte base natural, conviria chamar *regiões geográficas*. Esta expressão, perfeitamente clara, tem a vantagem de abranger **todos** os aspectos da paisagem que convém intervir no traçado das divisões regionais” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 53, sublinhados nossos).

A Geografia Regional é assunto de polémica no pós-guerra com o emergir da Nova Geografia que, com ênfase na Organização Espacial da Sociedade baseada no conceito de homem *œconomicus*, contestou o carácter idiográfico da geografia regional, defendendo, ao invés, a tendência monotética da Geografia, de carácter positivista e funcionalista, atendendo à elaboração de modelos e sistemas.

Orlando Ribeiro teve clara consciência da mudança epistemológica e metodológica que anunciava uma divisão na Geografia e a separação de ramos com orientação diversa. Lucidamente reconheceu que “a tradição manteve-se até suscitar uma reacção: a fórmula foi abandonada e nas

últimas gerações as teses são de Geomorfologia ou de Geografia Humana; a despeito de alguns esforços, prevalece hoje tendência para a separação” de tal modo que as divisões “sobrepuseram-se a uma visão integradora e à concepção de relações entre a natureza e o homem” (Orlando Ribeiro, 1987, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, p. 23).

Esta divisão na Geografia, em que uns seguem ramos distintos, e outros procuram temas gerais que articulam aspectos diferentes, foi drástica, ambos revelando insatisfação quanto às bases teóricas e às metodologias práticas, à imprecisão de contornos e do âmbito do espaço analisado, e, ao mesmo tempo, quanto ao reconhecimento da identidade da Geografia, tanto pelos responsáveis do Ensino como pelos discentes, como pelos profissionais e pelo público na sociedade contemporânea. Esta questão, cada vez mais acesa, requer uma profunda reflexão, que não cabe aqui equacionar.

A óptica funcionalista e positivista, efervescente no pós-guerra, foi eivada de grande discussão por atender à otimização de padrões e modelos que se revelaram redutores tanto na teoria como na prática e, assim, também a Nova Geografia foi posta em crise, no final da década de 60, pela reacção manifestada pelos Estruturalistas de inspiração marxista que atendiam ao papel de estruturas gerais com tendências universais em que se inscreviam as circunstâncias e os contextos localizados. Esta atitude era também recusada pela crítica de tendência Humanista que visava o sentido, a intenção, os valores, os comportamentos no espaço, ao nível da experiência e vivência local.

Os Pós-Estruturalistas, arautos da pós-modernidade, atendem à globalização e à importância da comunicação reduzindo-se a “fricção da distância”. As relações entre a Natureza e o Homem são dialécticas, integradas na Sociedade cujo dinamismo advém de interacções recíprocas entre a Sociedade e o Indivíduo. A acção humana adquire maior significado no âmbito e no contexto. Atende-se à intensidade de fluxos e de redes, reconhece-se a diversidade e fragmentação de espaços pela complexidade de fluxos, de informação, de comunicação, de trajectos. É realçada a questão global-local. Relevam-se as qualidades dos lugares e a sua identidade, o valor da paisagem e do sítio. Atribui-se importância ao poder relacionado com a acção humana na sociedade e no espaço, aos agentes e actores humanos. Renovam-se as noções de território e de região.

Reacende-se a atenção sobre a região, considerada num âmbito cultural e/ou como produto e foco de competitividade, ambas as perspectivas

suscitadas por problemas actuais do Espaço e Sociedade Contemporânea. Assim, por um lado, as tendências da reorganização do(s) território(s) relacionadas com a capacidade de poder e acção reflectem-se na região. Por outro lado, a noção de fragmentação do espaço e do território, evidenciando as Regiões que Ganham e as Regiões que Perdem, e a ideia da construção da Europa das Regiões e das Políticas Regionais e Locais da U.E. ambas suscitam o apelo à **solidariedade territorial**, realçado por muitos autores que se interessam pelo **Desenvolvimento Local e Regional**, com consciência crítica da diluição das funções do Estado, quanto à melhoria das condições socio-económicas dos cidadãos do território nacional, face às tendências à escala mundial. É importante frisar que se verifica actualmente a tendência de “**solidariedade regional**” referida por Orlando Ribeiro, contrapondo-se à função centralizadora da Capital do País, por exemplo entre a Região Norte de Portugal e a Galiza, enquanto nas margens fronteiriças, em que o despovoamento continuou ao mesmo tempo que se acentuava a sua perifericidade, não podendo beneficiar de ligações transfronteiriças, se intensifica a identidade raiana.

A ambiguidade das divisões regionais, de carácter administrativo, jurídico e oficial, no passado, na tradição e na memória, suscita interrogação sobre o Projecto de Regionalização anunciado, quanto à sua coerência, grau de competência e de coesão regional.

Os esboços de tipos de divisão do espaço e de diferentes concepções de regiões, que se seguem, complementam o texto aqui apresentado, integrando argumentos e contributos quanto a estas questões, e representam formas de documentos à guisa de conclusão.

Considerando as sucessivas concepções de divisões geográficas ou administrativas (Fig. 1 a Fig. 9), evidenciam-se referências importantes do Espaço que persistem ou modificam-se, denotando permanências e mudanças significativas do Espaço, Fronteiras e Transições.

Progressivamente o rio Douro e o rio Tejo deixaram de representar fronteiras. Por outro lado, a fronteira entre o Litoral e o Interior não é linear nem constante: evidenciada no Norte, entre o Noroeste e o Nordeste; fragmentada no Centro em diferentes regiões de transição até aos limites da Estremadura e do Ribatejo; não aparente no Sul, em que o Alentejo é considerado como unitário com características semelhantes, de modo que quando esboçada a divisão entre Alto Alentejo e Baixo Alentejo, a fronteira é muito mutável e pouco definida.

Portanto, a fronteira entre o Litoral e o Interior em Portugal não é linear e indiscutível, sendo mais evidente a especificidade entre o Norte e o Sul, caracterizando-se o primeiro pela variedade de transições e o segundo pela platitude e homogeneidade. Esta diferença persistente ao longo do Tempo e relevante no Espaço, Fronteiras e Transições não pode deixar de ser ponderada num projecto de Regionalização, para evitar uma divisão do espaço e da sociedade a contra-senso quanto às condições de sustentabilidade socio-económica, cultural e política do Espaço como um todo com continuidade, diferença e especificidade. Doutro modo, suscitam-se divisões, conflitos e dificuldades de adesão a um projecto nacional e regional. Assim, o projecto actual de Regionalização não teve adesão generalizada, provocando discordâncias quase irreduzíveis e opiniões diferentes e contrárias: os que aceitam o sistema das cinco regiões – Comissões de Coordenação Regional –, em que a fronteira entre o Litoral e o Interior não persiste; os que apelam para o sistema das oito regiões – Projecto actual das Regiões Administrativas –; e os que rejeitam o mapa actual da regionalização, em que não há um critério coerente de diferenciação regional do Espaço, de carácter físico, económico-social ou cultural.

Bibliografia

- BAPTISTA DE CASTRO, J. – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1762, 1763.
- CAETANO, Miguel, MARTINS BARATA, J.P., ESTEVES, M. Céu e PESSOA, Vitor, 1992 – *Regionalização e Poder Local em Portugal*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (I.E.D.), Lisboa.
- CARVALHO DA COSTA – *Chorografia Portuguesa*, Lisboa, 1706-1712.
- CÉSAR DE OLIVEIRA (dir.), 1995 – *História dos Municípios e do Poder Local (dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- CORREIA DA CUNHA, José – *Regionalização do Território Metropolitano*, Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Separata da Revista Planeamento e Integração Económica, Lisboa.
- ESPINHA DA SILVEIRA, Luís Nuno, 1997 – *Território e Poder. Nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Patrimonia, Lisboa.
- FRÉMONT, A., 1980 – *A Região, Espaço Vivido*. Almedina (trad.), Coimbra.
- LYNCE DE FARIA, Duarte, 1996 – *Regionalizar, o Referendo do Portugal Esquecido*, Bertrand Editora, Lisboa.

- MARQUES, António, 1987 – *Organismo e Sistema em Kant. Ensaio sobre o sistema crítico Kantiano*, Editorial Presença, Lisboa.
- MATTOSO, José (dir.), 1994 – *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa.
- RIBEIRO DE CASTRO, Columbano Pinto – *Descrição da Província de Trás-os-Montes, suas comarcas e população no anno de 1796. Illustração Transmontana*, 1º Ano, 1908 e 2º Ano 1909.
- RIBEIRO, Orlando, 1987 – *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- ROKHAM, Stein e URWIN, Derek W. (eds.), 1982 – *The Politics of Territorial Identity-Studies in European Regionalism*, Sage, London.
- SÁ, Luís, 1989 – *Regiões Administrativas. O poder Local que falta*, Editorial Caminho, Lisboa.
- , 1994 – *As Regiões, a Europa e a Coesão Económica e Social*, Edições Cosmos, Lisboa.
- SANTOS, José António, 1982 – *A Regionalização Portuguesa no Contexto Europeu*, Lisboa.
- VALENTE DE OLIVEIRA, 1996 – *Regionalização*, Edições Asa, Porto.
- VILLA-NOVA PORTUGAL, A.T. – *Memoria sobre a Preferencia que Entre Nos Mereceu o Estabelecimento dos Mercados ao Uso das Feiras de Anno para o Commercio Intrinseco. Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1790, Tomo III, Lisboa.
- Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (I.E.D.), Lisboa, 1982.
- Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado*, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, 1998.
- Portugal e as Regiões: Perspectivas Históricas*, XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1996.
- Regionalização e Desenvolvimento*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1997.
- A Regionalização e o País*, Finisterra, Revista de Reflexão e Crítica, Lisboa, 1998, 27/28.

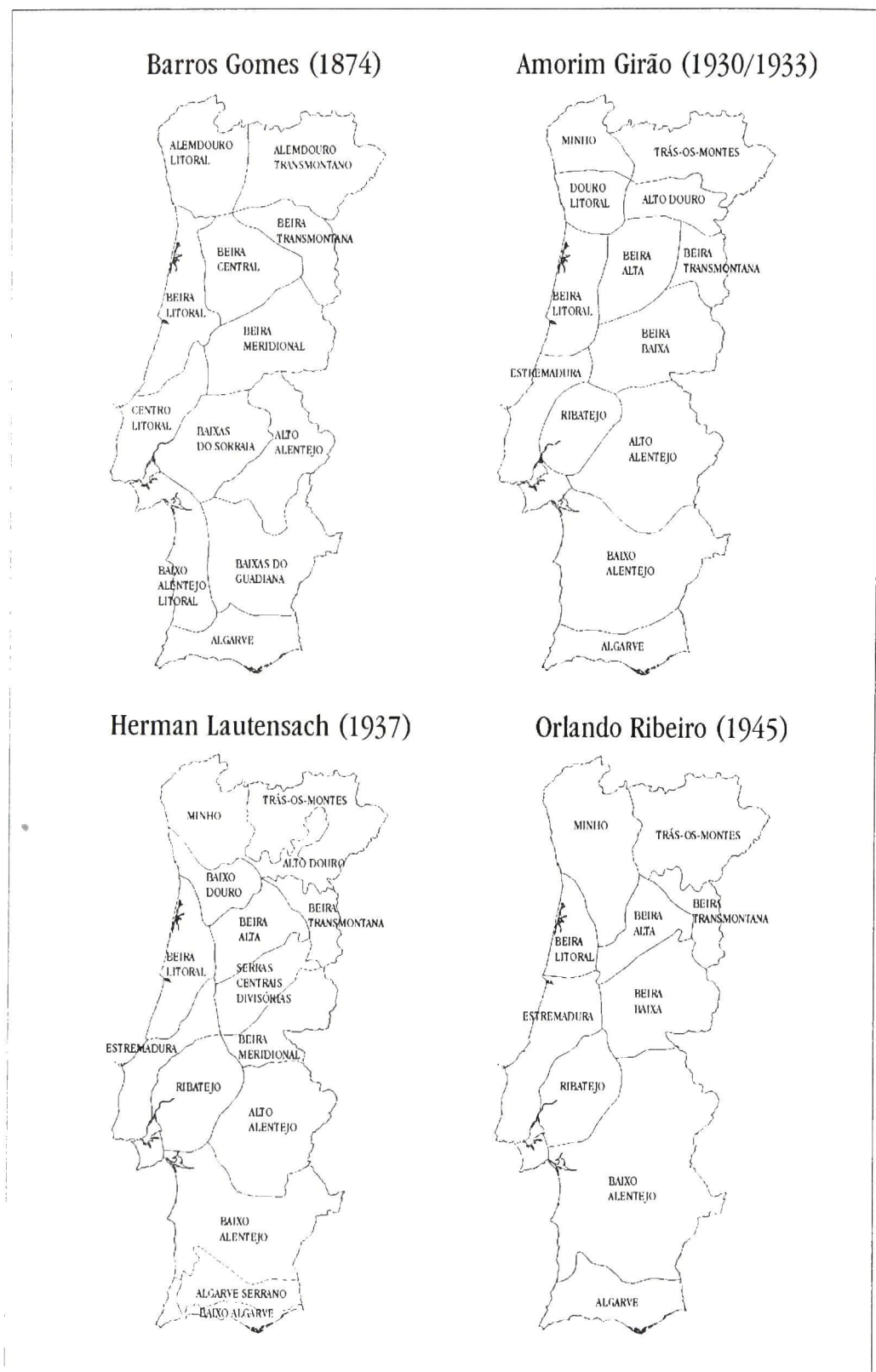


Fig. 1 – As Regiões Geográficas

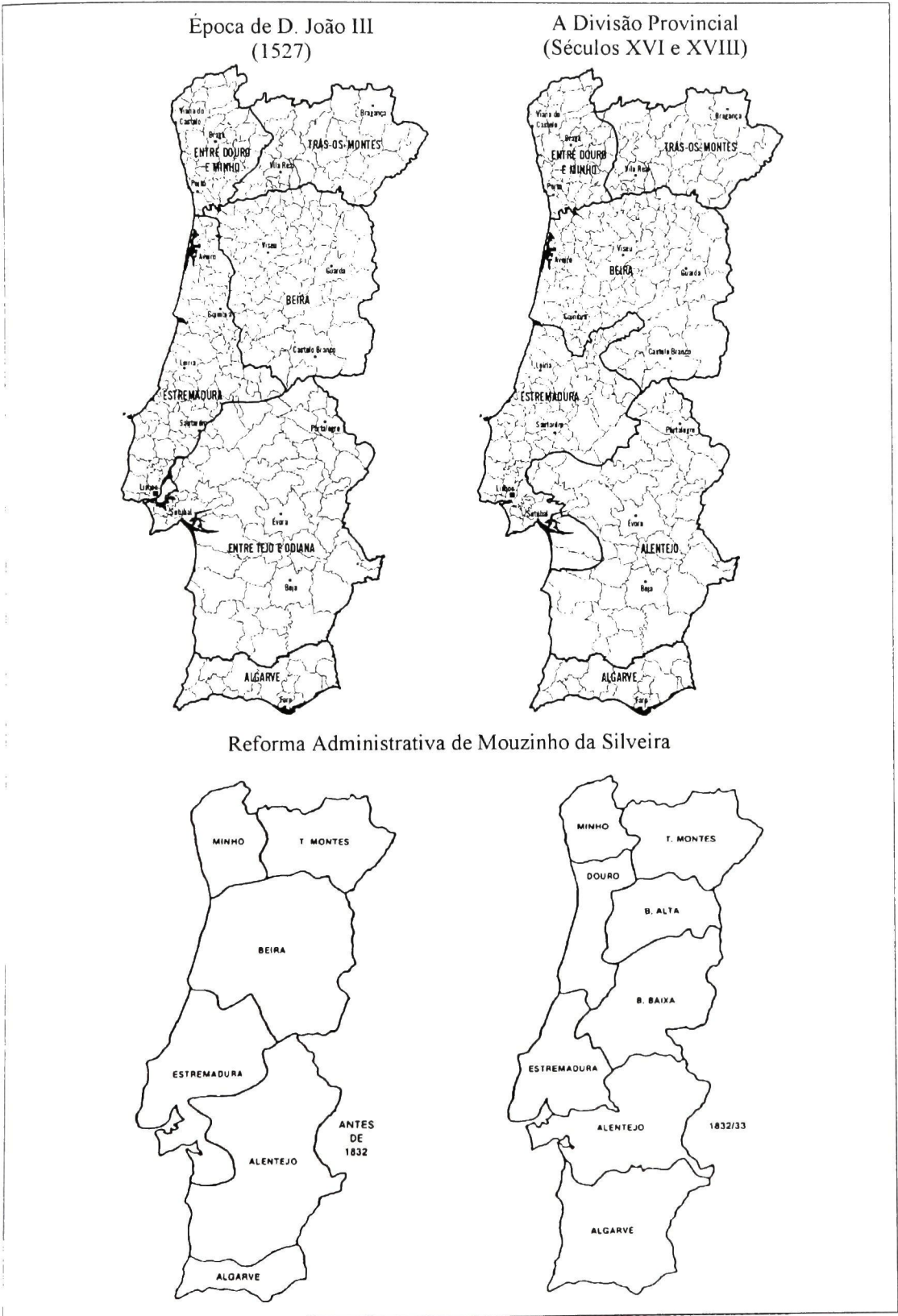


Fig. 2 – A Constituição das Províncias desde o Século XVI ao Liberalismo

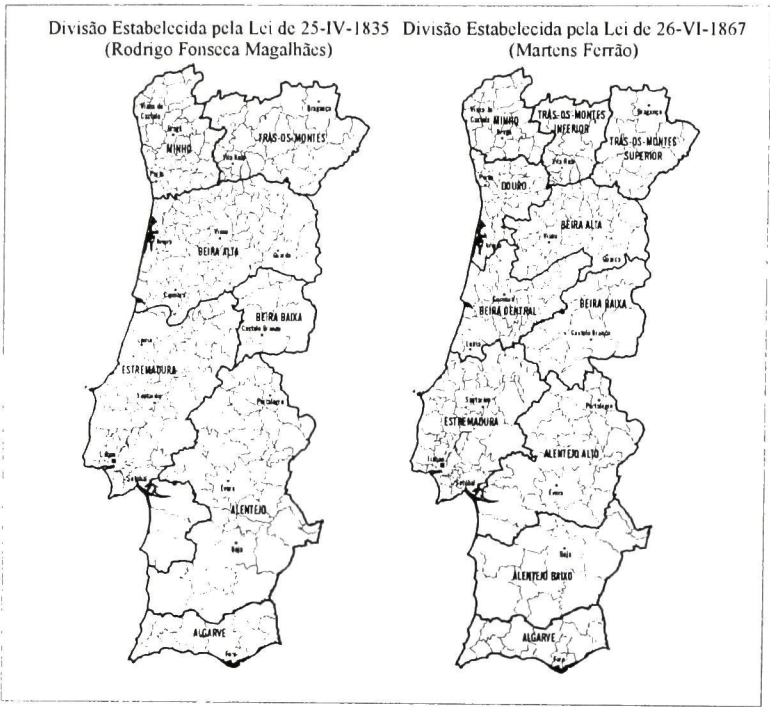


Fig. 3 – Relação entre a Criação dos Distritos e a Divisão de Províncias

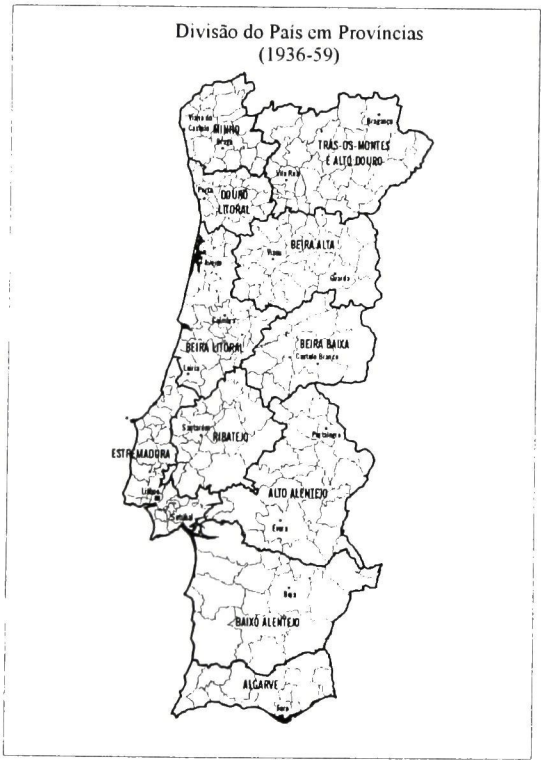


Fig. 4 – Efectivação do Código Administrativo de 1936 – Estado Novo – em que o Distrito Deixa de Ser Considerado Autarquia



Fig. 5 – Comissões de Planeamento Regional, Definidas na Sequência do III Plano de Fomento (1968-73) pela Presidência de Conselho de Ministros da Responsabilidade de Marcelo Caetano, a que Corresponde a Actual Divisão das Áreas de Planeamento Regional ou Comissões de Coordenação Regional

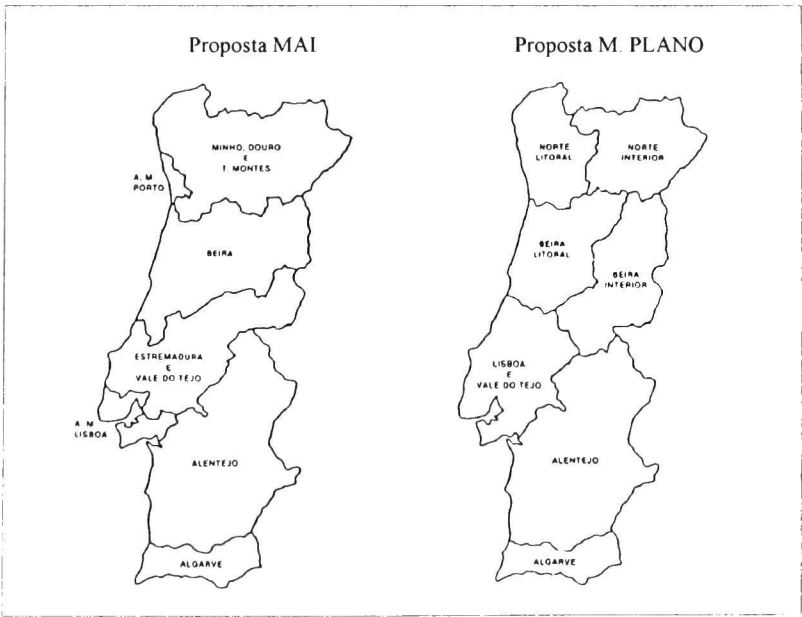


Fig. 6 – Os Projectos das Regiões Administrativas, na Sequência da Constituição de 1976, Integrando como Autarquias as Freguesias e os Municípios e Considerando o Distrito como uma Divisão Transitória (não chegaram a efectivar-se)



Fig. 7 – Não Se Tendo Realizado os Projectos das Regiões Administrativas Apresentados por Diferentes Instituições do Governo, o Actual Mapa Administrativo de Portugal Corresponde ao Estabelecido pelo Estado Novo, 1936, Fig. 4



Fig. 8 – O Projecto Actual de Regionalização, 1997

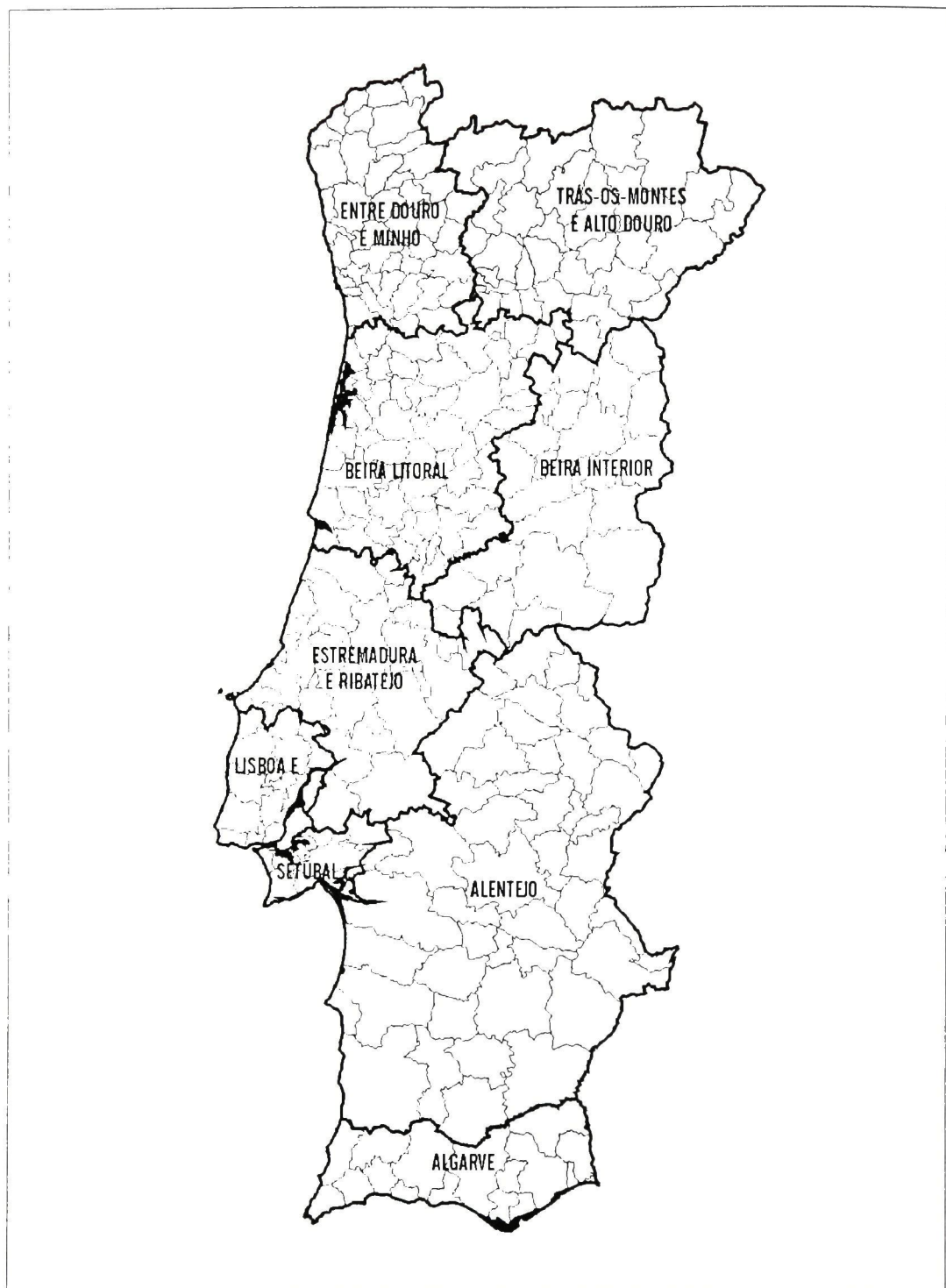


Fig. 9 – Mapa das Regiões Administrativas e Municípios Apresentado no Relatório do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e Previamente Objecto de Apreciação em Conselho de Ministros em Abril de 1998